

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão SA, em conformidade com as disposições legais, apresenta o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas conforme a legislação societária, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Em 2014, o desempenho operacional das duas UHEs superou a Garantia Física em 24,62%, totalizando 168,7 MW médios, enquanto que das duas PCHs, superou a Garantia Física em 0,30%, totalizando 5,1 MW médios, conforme a Tabela 2a.

O ano de 2014 foi marcado pelas baixas aflições registradas e com a plena utilização das termoelétricas para suprir a carga/demanda, em consequência o preço da energia no curto prazo (PLD - preço da liquidação das diferenças) disparou, trazendo um aumento significativo no custo das geradores hidrelétricos pertencentes ao MRE.

Como a maioria das usinas hidrelétricas do MRE não gerou 100% das suas Garantias Físicas, o sistema apresentou um déficit conhecido pela sigla: GSF, sendo necessária a aquisição de energia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, liquidada ao valor do PLD, o que impactou nas disponibilidades da companhia, em especial no segundo semestre de 2014.

Em 2014, segundo a Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, o GSF foi menor do que 1 em todos os meses do ano. Especialistas apontam que em 2015 ele tende a ser ainda pior, aumentando o risco no MRE com a possibilidade inclusive de racionamento de energia.

Quanto ao impacto financeiro em 2015 só não será mais grave, devido a redução do valor do PLD de R\$ 822,83/ MWh, para R\$ 388,48/MWh, que foi a solução encontrada pelo governo para aliviar o problema financeiro dos geradores.

Reinhold Stephanes Júnior
Diretor Presidente

2. PERFIL DA COMPANHIA

A ELEJOR é uma SPE (Sociedade por Propósito Específico) constituída para implantar e operar o CEFS (Complexo Energético Fundação Santa Clara) no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

O CEFS é constituído pelas UHEs Santa Clara e Fundão e pelas PCHs Santa Clara I e Fundão I, com capacidade instalada total de 246,3 MW e garantia física total de 140,3 MW médios.

A Concessão de Uso do Bem Público (UBP) para a geração de energia elétrica é regulada pelo Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), celebrado em 25 de outubro de 2001. As autorizações para a exploração dos Potenciais Hidráulicos denominados PCH Santa Clara I e PCH Fundão I foram concedidas pelas Resoluções da ANEEL nº 757 e 753, respectivamente, de 18 de dezembro de 2002.

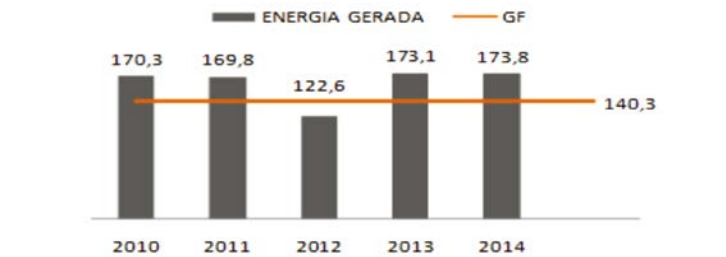
A UHE Santa Clara está localizada nos municípios de Pinhão e Candió e a UHE Fundão nos municípios de Foz do Jordão e Pinhão, ambas na região centro-sul do Estado do Paraná.

2.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da ELEJOR, em 31 de dezembro de 2014, estava composto de 60.300.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503 mil, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE (Assembleia Geral Extraordinária) de 08 de novembro de 2011, distribuído da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias	Valor em milhares	Participação no Capital
Companhia Paranaense de Energia - Copel	42.209.920	24.852	70,00%
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda	18.090.080	10.651	30,00%
Total	60.300.000	35.503	100,00%

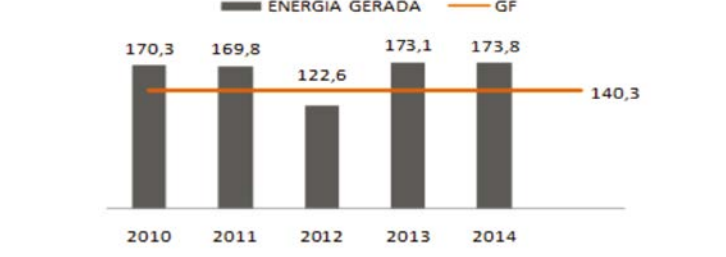
3. DESEMPENHO OPERACIONAL



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão Gráfico 1 – Energia Gerada versus Garantia Física - MW/mês

A Potência Instalada, a Garantia Física e a Energia Gerada de cada usina do CEFS estiveram assim distribuídas ao longo dos últimos 05 (cinco) anos:

UNIDADES	ENERGIA - MW médios						
	POTÊNCIA INSTALADA	GARANTIA FÍSICA	ENERGIA GERADA				
UHE's			2010	2011	2012	2013	2014
Santa Clara	120,2	69,6	85,8	85,6	57,9	85,0	83,3
Fundão	120,2	65,8	79,2	79,0	59,4	82,9	85,5
Total	240,3	135,4	165,0	164,6	117,3	167,9	168,7
PCH's							
Santa Clara	3,6	2,8	3,0	3,0	3,1	3,1	3,0
Fundão	2,4	2,1	2,3	2,3	2,2	2,1	2,1
Total	6,0	4,9	5,3	5,3	5,3	5,2	5,1
Total do CEFS	246,3	140,3	170,3	169,8	122,6	173,1	173,8



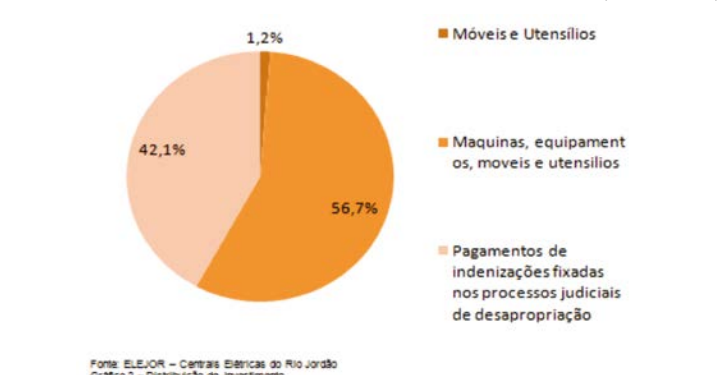
Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão Gráfico 1 – Energia Gerada versus Garantia Física - MW/mês

GERAÇÃO DE ENERGIA 15,4% ACIMA DA GARANTIA FÍSICA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

A média da energia gerada nos últimos cinco anos é de 161,9 MW, contra 140,3 MW de energia assegurada, apresentando uma geração percentualmente superior em 15,4% em relação à Garantia Física.

4. INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2014 somaram R\$ 492 mil, valor inferior ao investido em 2013 (R\$ 5,0 milhões).



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão Gráfico 2 – Distribuição de investimento

5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

5.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

5.1.1. CRESCIMENTO DE 10,9% DA RECEITA BRUTA

Em 2014, a Receita Operacional Bruta obteve um crescimento de 10,9% em relação a 2013, totalizando R\$ 253,1 milhões. O acréscimo de R\$ 25,0 milhões é decorrente principalmente da correção do contrato de fornecimento junto a Copel Distribuição e a receita de liquidação junto a CCEE.

	R\$ mil		%	
UHE SCL	120.830	47,7%	120.830	47,7%
UHE FND	114.233	45,1%	114.233	45,1%
PCH SCL	2.287	0,9%	2.287	0,9%
PCH FND	2.696	1,1%	2.696	1,1%
MRE	13.088	5,2%	13.088	5,2%
RCEs	-	0,0%	-	0,0%
RECEITA BRUTA	253.134	100,0%	253.134	100,0%

	2010	2011	2012	2013	2014
UHE SCL	92.377	99.867	105.925	112.117	120.830
UHE FND	87.333	94.415	100.142	105.996	114.233
PCH SCL	2.521	2.807	2.958	2.168	2.287
PCH FND	2.911	3.241	2.739	2.555	2.696
MRE	5.218	5.427	9.485	5.343	13.088
RCEs	-	-	1.147	-	-
RECEITA BRUTA	190.360	205.757	222.396	228.179	253.134

5.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

5.2.1. CRESCIMENTO DE 10,9% DA RECEITA LÍQUIDA

Em 2014, a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 241,2 milhões, aumento de R\$ 23,8 milhões em relação a 2013.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão Gráfico 4 – Evolução da Receita Operacional Líquida

5.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

5.3.1. AUMENTO DE 100,1% NOS CUSTOS OPERACIONAIS

Esta variação está principalmente relacionada ao maior custo de energia comprada, ao valor do PLD, em função do déficit hídrico do MRE.

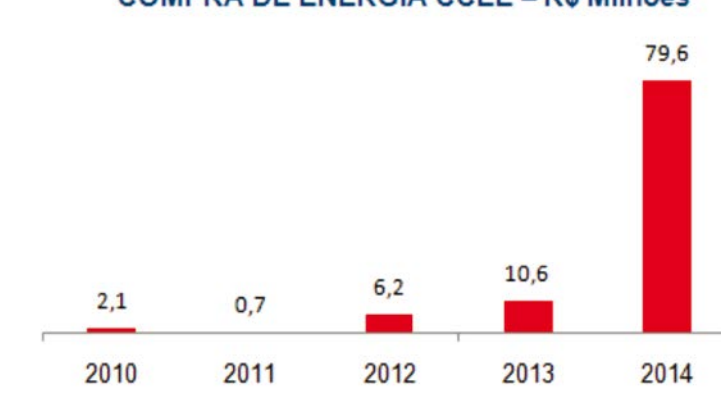


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão Gráfico 5 – Custos e Despesas Operacionais

5.3.1. RESULTADO DAS LIQUIDAÇÕES JUNTO AO MRE

	Valores em R\$ mil				
	2010	2011	2012	2013	2014
Vendas	5.218	5.427	9.485	5.347	13.088
(-) Pis cofins	190	198	346	195	478
Vendas Líquidas	5.028	5.229	9.139	5.152	12.610
Compras	2.071	733	6.199	10.563	79.553
Resultado líquido	2.957	4.496	2.940	(5.411)	(66.943)

COMPRA DE ENERGIA CCEE – R\$ Milhões



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão Gráfico 6 – Compra de energia junto a CCEE 2014

5.4. LUCRO LÍQUIDO

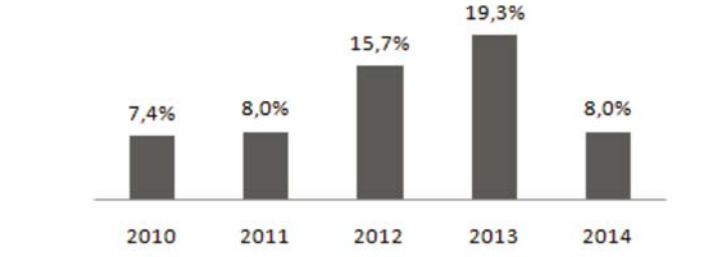
5.4.1. DECRÉSCIMO DE 54,3% NO LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido da ELEJOR apresentou um decréscimo de 54,3% em 2014 se comparado a 2013, ou seja, caiu de um montante de R\$ 41,9 milhões para R\$ 19,2 milhões.

5.5. MARGEM LÍQUIDA

5.5.1. 8,0% DE MARGEM LÍQUIDA

O lucro líquido no valor de R\$ 19,2 milhões representou no exercício de 2014, 8,0% da receita operacional líquida e 7,6% da receita operacional bruta.



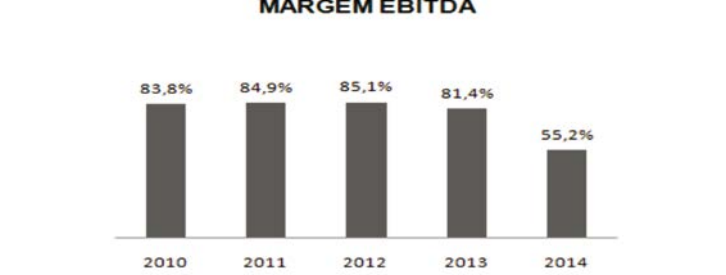
Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão Gráfico 8 – Evolução da margem líquida

5.6. EBITDA

5.6.1. MARGEM EBITDA DE 55,2%

O valor do EBITDA somou R\$ 133,2 milhões, que representou 55,2% da receita operacional líquida no período.

MARGEM EBITDA



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão Gráfico 9 – Margem EBITDA antes das Normas Internacionais de Contabilidade

5.7. RESULTADO ECONÔMICO FINANCEIRO

No ano de 2014 tivemos uma evolução positiva da Receita Operacional Líquida, porém, o resultado líquido, foi impactado de forma contrária pelo aumento dos custos com aquisição de energia no mercado de curto prazo, liquidações na CCEE, reduzindo assim a lucratividade da Elejor.

5.8. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

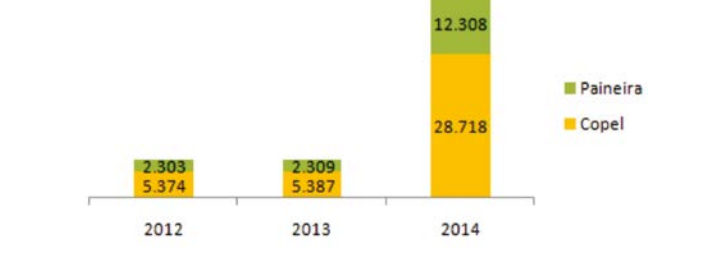


Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão Gráfico 10 – Evolução das receitas econômicas

Ano	VALOR EM R\$ - MIL		
	Copel	Paineira	Total
2012	5.374	2.303	7.677
2013	5.387	2.309	7.695
2014	28.718	12.308	41.026
TOTAL	39.479	16.919	56.398

VALOR EM R\$ - MIL

Em 2014 a empresa pagou dividendos totais de R\$ 41,0 milhões, sendo R\$ 6,2 milhões referente ao saldo dos dividendos mínimos obrigatórios, deduzidos os antecipados apurados no exercício 2013;



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão Gráfico 11 – Distribuição de Dividendos – R\$ mil

R\$ 1,8 milhão, correspondente ao excesso de reservas ao capital social (Art. 199 Lei 6404/76) verificada no exercício 2012; e, R\$ 33,1 milhões, referente saldo de reservas do mesmo período.

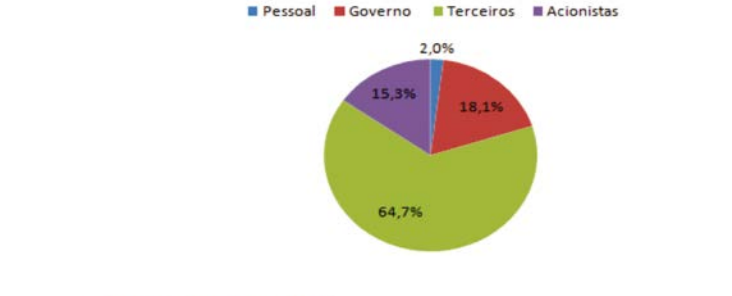
O lucro líquido do exercício 2014 foi de R\$ 19,2 milhões, constituiu R\$ 959 mil de Reserva Legal, ou seja, 5% desse resultado, conforme Art. 193 da Lei 6.404/76.

Com base no referido o Estatuto Social, à administração da Companhia ajustou a distribuição de R\$ 4,6 milhões, referente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do Art. 202 da Lei 6404/76, a título de dividendos obrigatórios. O saldo remanescente do ano de 2014, no valor de R\$ 13,7 milhões, foi transferido para reservas de retenção de lucros. Com isso, o saldo de Reservas de Retenção de Lucros, acrescido da Reserva Legal, superou em R\$ 13,6 milhões, o valor do capital social integralizado. Em função disso, aguarda destinação da Assembleia de Acionistas nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76

5.9. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

No exercício de 2014, a Companhia apurou R\$ 125.721 mil de Valor Adicionado Total, 24,3% menor que 2013. A demonstração na íntegra encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

Distribuição do valor adicionado	2014	%	2013	%
Pessoal, administradores e conselheiros	2.458	2,0%	2.308	1,4%
Governo	22.760	18,1%	33.075	19,9%
Terceiros	81.318	64,7%	88.683	53,4%
Acionistas	19.185	15,3%	41.947	25,3%
Total	125.721	100,0%	166.013	100,0%



5.10. EMISSÃO DE DEBENTURES

Em setembro de 2013 a Elejor emitiu debêntures via Comissão de Valores Mobiliários. Com o objetivo único de promover a quitação do contrato de mútuo firmado com a Controladora Copel, a Companhia buscou junto ao mercado a proposta que melhor viabilizasse a realização da segunda emissão de debêntures pela empresa, obtendo excelente retorno e economicidade.

Sempre com respeito e observância a Lei de Licitações, e que está submetida, foram contratados, com êxito, o Banco Coordenador, o Agente Fidejuciaro e o Banco Mandatário e o Escriturário, todos atuando de forma metódica e associada, para fins de emitir, tempestivamente, 20.000 debêntures, no valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais) cada, totalizando R\$ 203.000.000 (duzentos e três milhões de reais) e culminando com sucesso, nos procedimentos de colocação e liquidação no tempo, forma e condições esperados.

Por conta disso, solveu-se com êxito a obrigação da Elejor perante sua Controladora, seguindo a Companhia com o devido adimplemento dos encargos advindos dessa peculiar operação financeira.

5.11. ENDIVIDAMENTO

5.11.1. REDUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA EM 7,0%

O endividamento líquido da companhia que no início do exercício era de R\$ 654,9 milhões, ao término do ano de 2014 reduziu para R\$ 609,2 milhões.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão Gráfico 12 – Saldo do endividamento líquido com UBP

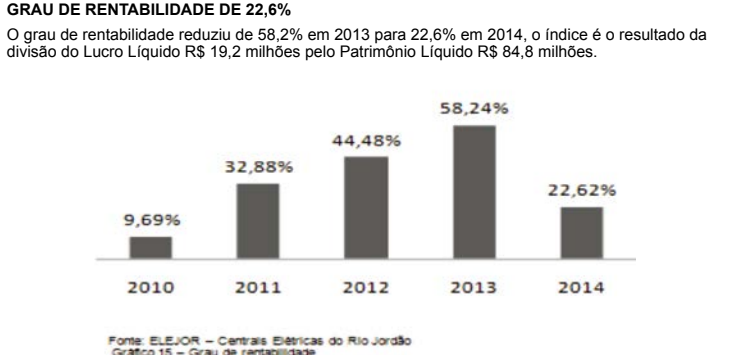
Em 2013 a companhia captou recursos, através da 2ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 203.000 mil, com vencimento em setembro/2018 e custo nominal de CDI + 1% ao ano, utilizados integralmente na liquidação da dívida junto à controladora, o saldo devedor desta emissão de debêntures em 31/12/14 é de R\$ 152.040 mil.

Por fim a dívida com a UBP ajustada a valor presente que em 31/12/14 era de R\$ 449.351 e destes R\$ 278.668 mil vencerão no período de 2019 a 2036. A dívida com a Concessão do UBP em 31/12/2014 representa 70,4% do passivo total da companhia.

5.12. RENTABILIDADE

5.12.1. GRAU DE RENTABILIDADE DE 22,6%

O grau de rentabilidade reduziu de 58,2% em 2013 para 22,6% em 2014, o índice é o resultado da divisão do Lucro Líquido R\$ 19,2 milhões pelo Patrimônio Líquido R\$ 84,8 milhões.



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão Gráfico 15 – Grau de rentabilidade

Rúbrica	2010	2011	2012	2013	2014
Lucro líquido	13.391	15.582	33.296	41.947	19.185
Patrimônio líquido	138.215	47.385	74.862	72.019	84.815
ÍNDICE - PL	9,69%	32,88%	44,48%	58,24%	22,62%

6 PROGRAMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS

6.1 POLÍTICA AMBIENTAL

Comprometida com a preservação ambiental e a qualidade de vida da população, desde a instalação do CEFS a ELEJOR, por meio da sua política sócio-ambiental, assume a sua posição de agente social na discussão das estratégias regionais de desenvolvimento sustentável. E, como participante e estruturadora de iniciativas que fomentam o encontro do interesse coletivo, dando o caráter de Utilidade Pública de seus empreendimentos no Rio Jordão, realizou estudos que demonstraram a viabilidade ambiental dos empreendimentos. Dessa forma, a ELEJOR organizou suas ações, compôs uma equipe técnica e dividiu tarefas conforme o escopo dos trabalhos e os diferentes níveis de responsabilidade, o que constituiu seu Programa de Gestão Ambiental. Esse Programa é parte integrante da Política Ambiental da ELEJOR e contempla um conjunto de princípios que norteiam as ações da Empresa desde a fase de implantação à operação do CEFS. Por meio da cooperação entre diferentes agentes tal política compartilha a responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável não apenas com instituições de governo, mas também com a sociedade civil. Assim garante maior eficácia aos programas sociais e ambientais da Companhia.

6.2 Renovação da Licença de Operação da UHE Fundão e PCH Fundão I

Em Maio de 2014, em atendimento à Lei Estadual 13.488/02 – Decreto nº 2.076/03 – Portaria IAP nº 049/05, foi contratada a empresa Enki Gestão Ambiental, que realizou a Auditoria Ambiental Compulsória da Usina Fundão e Pch Fundão I, aprovando a gestão.

Não foram observados passivos ambientais, ficando evidenciada a boa estrutura da empresa, os cuidados em seus processos de operação e manutenção das instalações e equipamentos, seu compromisso com o meio ambiente e com o cumprimento da legislação pertinente.

Em Novembro 2014 foram renovadas as licenças de Operação da Usina

BALANÇO PATRIMONIAL - Levantado em 31 de dezembro de 2014 - Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		59.733	75.810
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	28.732	47.584
Aplicações Financeiras	4.2		652
Clientes	4.3	20.885	19.350
Outros Créditos	4.4	1.740	865
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.5	7.424	6.502
Outros Tributos Correntes a Recuperar	4.6	838	773
Despesas Antecipadas	4.7	114	84
NÃO CIRCULANTE		668.281	698.703
Realizável a Longo Prazo		28.836	30.147
Depósitos Judiciais	4.8	31	43
Tributos Diferidos	4.9	28.805	30.104
Imobilizado	4.10	448.669	466.435
Intangível	4.11	190.776	202.121
TOTAL DO ATIVO		728.014	774.513

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em Milhares de reais - Exceto o Lucro por Ação)

	NE nr.	31/12/2014	31/12/2013
RECEITA BRUTA DE VENDAS		253.134	228.179
Venda de Energia UHE	8	235.062	218.113
Venda de Energia PCH	8	4.984	4.723
Venda de Energia CCEE	8	13.088	5.343
(-) Deduções da Receita Bruta	8	(11.930)	(10.767)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS		241.204	217.412
(-) Custos Operacionais	9	(130.716)	(64.004)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		110.488	153.408
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(81.624)	(89.888)
Despesas Administrativas	10	(4.151)	(3.401)
Receitas Financeiras	10	3.608	1.701
Despesas Financeiras	10	(81.114)	(88.500)
Outras Receitas	10	33	312
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		28.864	63.520
(-) PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL		(9.679)	(21.573)
Imposto de Renda	4.14	(6.090)	(16.382)
Contribuição Social	4.14	(2.290)	(5.906)
Imposto de Renda - Diferido	4.9	(955)	526
Contribuição Social - Diferida	4.9	(344)	189
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19.185	41.947
Lucro líquido por ação - em reais		0,318	0,696

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	Reservas de lucros					Total
		Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros (prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2012		35.503	2.088	2.444	34.827	-	74.862
Lucro do exercício						41.947	41.947
Destinação dos lucros:							
Reserva legal	6.2	-	-	2.097	-	(2.097)	-
Dividendos antecipados	4.16	-	-	-	-	(3.764)	(3.764)
Dividendos propostos	4.16	-	-	-	(34.827)	(6.199)	(41.026)
Retenção de lucros	6.4	-	-	-	29.887	(29.887)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		35.503	2.088	4.541	29.887	-	72.019
Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda	4.9	-	(1.833)	-	-	-	(1.833)
Destinação dos lucros:							
Lucro do exercício						19.185	19.185
Reserva legal	6.2	-	-	959	-	(959)	-
Dividendos propostos	4.16	-	-	-	-	(4.556)	(4.556)
Retenção de lucros	6.4	-	-	-	13.670	(13.670)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		35.503	255	5.500	43.557	-	84.815

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em Milhares de Reais)

	NE nr.	2014	2013		
Receitas					
Geração de energia, serviços e outras receitas		253.134	228.179		
Total		253.134	228.179		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Energia Elétrica comprada para revenda	9	79.553	10.563		
Encargos de uso da rede elétrica	9	7.390	9.097		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	9	7.971	7.493		
Material, insumos e serviço de terceiros	9 e 10	9.014	10.176		
Outros insumos	9	298	263		
Total		104.226	37.592		
(=) Valor adicionado bruto		148.908	190.587		
(-) Depreciação e amortização	9 e 10	26.827	26.582		
(=) Valor adicionado líquido		122.081	164.005		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	10	3.608	1.696		
Outras Receitas	10	32	312		
Total		3.640	2.008		
Valor adicionado a distribuir		125.721	166.013		
Distribuição do valor adicionado	NE nr.	2014	%	2013	%
Pessoal					
Remuneração e honorários	10	2.247	2.072		
Planos previdenciários e assistencial	-	-	-		
Benefícios	-	154	139		
Encargos sociais - FGTS	10	57	77		
Indenizações trabalhistas	10	-	20		
Participações nos lucros e/ou resultados	-	-	-		
Total		2.458	2,0	2.308	1,4
Governo					
Federal		22.745	33.065		
Estadual		5	-		
Municipal		10	10		
Total		22.760	18,1	33.075	19,9
Terceiros					
Juros e variações monetárias	10	81.114	88.500		
Arrendamentos e aluguéis	10	204	183		
Total		81.318	64,7	88.683	53,4
Acionistas					
Dividendos propostos		4.557	9.962		
Lucros retidos na empresa		14.628	31.985		
Total		19.185	15,3	41.947	25,3
		125.721	100,0	166.013	100,0

PASSIVO	NE nr.	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		133.212	160.506
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.12	49	44
Fornecedores	4.13	21.429	1.546
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.14	8.380	22.288
Outras Obrigações Fiscais	4.15	1.683	1.650
Debêntures	4.20	40.490	40.490
Dividendos a Pagar	4.16	4.556	41.026
Concessão de Uso de Bem Público	4.17	51.447	49.686
Pequisa e Desenvolvimento	4.18	3.992	2.832
Outras Contas a Pagar	4.19	1.186	944
NÃO CIRCULANTE		509.987	541.988
Imp. Renda e Contr.Social Diferidos	4.9	132	1.076
Debêntures	4.20	111.550	152.066
Concessão de Uso de Bem Público	4.17	397.904	388.546
Provisões para Litígios	5	401	300
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		84.815	72.019
Capital Social	6.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.3	255	2.088
Reserva Legal	6.2	5.500	4.541
Reserva de Retenção de Lucros	6.4	43.557	29.887
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		728.014	774.513

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE n°	31/12/2014	31/12/2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19.185	41.947
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:			
Operações com Créditos de Carbono	6.3	(2.776)	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	4.9	944	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		(1.832)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		17.353	41.947

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	31/12/2014	31/12/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		19.185	41.947
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	4.10	18.258	18.180
Amortização de intangível - Concessão	4.11	8.569	8.400
Variações monetárias não realizadas	10	61.042	82.997
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.9	1.299	(715)
Provisões (reversões) para litígios	5	101	(292)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes	4.3	(1.535)	(1.223)
Outros créditos	4.4	(875)	(864)
Impostos de renda e contribuição social	4.5	(922)	(136)
Outros tributos correntes a recuperar	4.6	(65)	(240)
Despesas pagas antecipadamente	4.7	(30)	297
auços e depósitos vinculados	4.2	652	1.112
Depósitos judiciais	4.8	12	27
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações sociais/trabalhistas	4.12	5	3
Fornecedores	4.13	19.883	(3.421)
Imposto de renda e contribuição social	4.14	(13.908)	(7.521)
Outras obrigações fiscais	4.15	33	(129)
Pagamento de encargos de mútuo a controladora	4.20	-	(168.331)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	4.17	(49.832)	(47.768)
Pesquisa e desenvolvimento	4.18	1.160	1.000
Outros valores a pagar	4.19	242	280
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		63.274	(76.397)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	4.10	(492)	(5.023)
Adições no intangível	4.11	-	(332)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(492)	(5.355)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	4.16	(41.026)	(7.695)
Amortização de mútuo com a controladora	4.20	-	(80.808)
Captação de emissões de debêntures - líquida	4.21	-	202.706
Resgate de debêntures	4.21	(40.608)	(10.150)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		(81.634)	104.053
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(18.852)	22.301
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	4.1	47.584	25.283
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	4.1	28.732	47.584
Varição no caixa e equivalentes a caixa		(18.852)	22.301

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Levantadas em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente de energia, com sede em Curitiba – PR, e tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração energética do Complexo Energético Fundão e Santa Clara - CEFSC, localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Cândi e Foz do Jordão, no Estado do Paraná, e controlada pela Companhia Paranaense de Energia COPEL que detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social.

A Concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, regulada pelo contrato com a ANEEL e prazo findo em outubro de 2036 será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Após o final do contrato de concessão, o critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência instalada (MW)	Energia assegurada (MV médios)
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE - Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
Total	246,411	140,300

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Mudanças Introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social que se encerrar em 31 de dezembro de 2008. Segundo essa lei, a emissão de normativos contábeis pela CVM e demais órgãos reguladores, deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais. Posteriormente, a Lei nº 11.941/09, modificou itens da Lei nº 11.638 e da Lei das Sociedades por Ações.

Práticas Contábeis

a) Aplicações Financeiras

Os ativos financeiros adquiridos principalmente com a finalidade de utilização no curto prazo, gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de padrão recente de realização de lucros a curto prazo, são mensuradas ao valor justo lançado em conta de resultado.

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

b) Contas a Receber

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais ou contratuais ajustado ao valor provável de realização quando este for inferior.

c) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. No final de Janeiro/2015 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

f) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata die".

g) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vencidas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

h) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

i) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

4. CONTAS RELEVANTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Disponibilidades

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Caixa	3	2
Banco Conta Movimento	36	6
Aplicações Financeiras	28.693	47.576
	28.732	47.584

O saldo de aplicações financeiras refere-se a investimentos em fundos conservadores de renda fixa (CDB DI) junto ao Banco do Brasil, compromissados a uma taxa mínima correspondente a 96% da variação da taxa do CDI cujos rendimentos estão reconhecidos pelo regime de competência (pro rata temporis).

4.2 Aplicações financeiras

Descrição	Modalidade	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Bradesco S.A.	CDB	-	652
		-	652

A aplicação corresponde a depósitos vinculados para garantir a liquidação de operações junto a Câmara de Compensação de Energia Elétrica – CCEE, com remuneração de 96% da variação da taxa DI.

4.3 Clientes

A conta clientes está composta da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
COPEL Distribuição S/A	20.462	18.949
Ecom Energia Ltda.	423	401
	20.885	19.350

Descrição	Saldos Vincendos em	
	31/12/14	31/12/13
Suprimentos	20.885	19.350
	20.885	19.350

4.4 Outros créditos

O valor de R\$ 1.740 a título de outros créditos é composto:

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Serviços em Curso (*)	1.736	842
Adiantamento a empregados	-	23
Adiantamentos a fornecedores	4	-
	1.740	865

(*) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

4.5 Imposto de Renda e Contribuição Social

O valor a compensar relativo a Imposto de Renda e Contribuição Social pagos por estimativa, está assim distribuído:

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	4.623	4.135
Contribuição Social s/ Lucro Líquido - CSLL	2.801	2.367
	7.424	6.502

4.6 Outros Tributos Correntes a Recuperar

O grupo registra o imposto de renda retido na fonte incidente sobre rendimentos de aplicações financeiras, bem como os tributos passíveis de compensação durante o exercício seguinte.

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
IRRF sobre Aplicações Financeiras	838	773
	838	773

4.7 Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos exercícios seguintes.

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Seguro das usinas	97	83
Seguro fornecedores de energia	16	-
Seguro sede administrativa	1	1
	114	84

4.8 Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

Descrição	Valores em R\$		
Saldo em 31 de dezembro de 2012			70
- Depósitos			-
-(Ressarcimentos)			(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2013			43
- Depósitos			-
-(Ressarcimentos)			12
Saldo em 31 de dezembro de 2014			31

4.9 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2014 e Instrução Normativa 1515/2014 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013 e que monta os seguintes:

Descrição	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativo diferido apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2013	22.135	7.969	30.104
Ativo Circulante	(955)	(344)	(1.299)
Reconhecidos no resultado - Contrato de Concessão - Efeitos ICP 01	(955)	(344)	(1.299)
Passivo Circulante	(97)	(35)	(132)
Instrumentos financeiros - Créditos de Carbono - Efeitos CPC 38	(97)	(35)	(132)
Ativo líquido,apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2014	21.083	7.590	28.673

4.10 Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de unitização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/13	Movimentação				Saldo em 31/12/14		
		Adições	Depr.	Baixas	Transf.	Valor residual	Depreciação acumulada	Custo
GERAÇÃO	458.838	488	(17.891)	-	-	441.335	157.960	599.396
Em serviço	445.546	213	(17.891)	-	-	427.868	157.960	585.828
Terrenos	4.847	-	(210)	-	-	4.637	1.266	5.903
Reservatórios, barragens e adutoras	245.975	-	(9.599)	-	-	236.376	85.327	321.703
Edif., obras civis e benfeitorias	48.707	-	(1.893)	-	-	46.814	16.519	63.333
Máquinas e equipamentos	145.670	207	(6.152)	-	-	139.725	54.559	194.284
Móveis e utensílios	347	6	(37)	-	-	316	289	605
Em curso	13.292	275	-	-	-	13.567	-	13.567
Terrenos	1.454	207	-	-	-	1.661	-	1.661
Edif.,obras civis e benfeitorias	3	-	-	-	-	3	-	3
Máquinas e equipamentos	20	65	-	-	-	85	-	85
Material em depósito	2.655	3	-	-	-	2.658	-	2.658
Depósitos judiciais - Terras	9.160	-	-	-	-	9.160	-	9.160
TRANSM./CONEXÃO	7.450	-	(347)	-	-	7.103	1.818	8.921
Em Serviço	7.450	-	(347)	-	-	7.103	1.818	8.921
Edif., obras civis e benfeitorias	17	-	(1)	-	-	16	10	26
Máquinas e equipamentos	7.425	-	(345)	-	-	7.080	1.805	8.885
Móveis e utensílios	8	-	(1)	-	-	7	3	10
ADM. CENTRAL	147	4	(20)	-	-	131	193	324
Em Serviço	147	4	(20)	-	-	131	193	324
Máquinas e equipamentos	10	4	(1)	-	-	13	14	17
Móveis e utensílios	137	-	(19)	-	-	118	189	307
	466.435	492	(18.258)	-	-	448.669	159.971	608.640

(*) Amortização da conta terrenos em observância do Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

4.11 Intangível

Em função da adoção das práticas contábeis já utilizadas na controladora, a partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amor-

tização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no exercício de 2014, é a seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/13	Movimentação				Saldos em 31/12/14		
		Adições	Amortiz.	Baixas	Capitalizações	Valor residual	Amortiz. Acumulada	Custo
Intangível	202.121	-	(8.569)	(2.776)	-	190.776	76.654	267.430
Em serviço	202.121	-	(8.569)	(2.776)	-	190.776	76.654	267.430
Concessão - Uso de Bem Público	195.835	-	(8.569)	-	-	187.266	76.654	263.920
Serviços de Passagem Florestal	2.763	-	-	-	-	2.763	-	2.763
Créditos de Carbono	3.496	-	-	(2.776)	-	720	-	720
Intangíveis	27	-	-	-	-	27	-	27
Total	202.121	-	(8.569)	(2.776)	-	190.776	76.654	267.430

4.12 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Contribuições Previdenciárias Retidas	5	5
Imposto de Renda Retido na Fonte	44	39
	49	44

4.13 Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Sistema de distribuição – TUSD	-	648
Mercado de curto prazo de energia – CCEE	20.991	-
Materiais e serviços	336	299
Meio ambiente	102	102
Operação e manutenção - O&M	-	497
	21.429	1.546

4.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

Do valor apurado nos próximos trimestres para pagamento em janeiro de 2015, será compensado o montante recolhido por estimativa demonstrado na nota 4.5.

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	6.090	16.382
Contrib. Social Sobre Lucro Líquido – CSLL	2.290	5.906
	8.380	22.288

A Companhia apurou lucro fiscal no exercício assim demonstrado:

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Lucro líquido antes dos tributos		28.864

Ajustes ao lucro contábil

Adições de despesas indedutíveis	404
Exclusões de despesas dedutíveis	(3.822)

Lucro fiscal do período

25.446

4.15 Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Tributos retidos na fonte	128	173
Previdência Social INSS	44	43
FGTS	7	6
PIS e Cofins	1.504	1.428
	1.683	1.650

4.16 Dividendos Propostos

A administração da Companhia propôs a distribuição dos dividendos acima, de: R\$ 4.556 mil referente ao saldo dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2014.

Descrição	Ações		Dividendos Propostos	
	Ordinárias	Part. %	31/12/14	31/12/13
Copel - Comp. Paranaense Energia	42.210	70%	3.189	28.718
Paineira Participações S/A	18.090	30%	1.367	12.308
	60.300	100%	4.556	41.026

4.17 Encargos de Outorga ANEEL

A presente concessão foi outorgada através de leilão realizado em 28/06/2001, com assinatura de contrato em 25/10/2001 e data final prevista para 25/10/2036. Outorga através do Decreto Presidencial de 23/10/2001.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M a partir de maio de 2001.

Em 31/12/2014 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 264 (duzentas e sessenta e quatro) parcelas restantes até o término da concessão em outubro/2036, a valores nominais totalizava R\$ 1.148.918 mil, e a valor presente o seguinte:

Descrição	Passivo		
	Circulante	Não Circulante	Total
Em 01/01/2013	47.593	371.896	419.489
Transferências	47.768	(47.768)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(28.768)	-	(28.768)
Variação monetária	2.093	64.4189	65.511
Em 31/12/2013	49.686	388.546	438.232
Transferências	49.832	(49.832)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(30.832)	-	(30.832)
Variação monetária	1.761	59.190	60.951
Em 31/12/2014	51.447	397.904	449.351

Períodos	Valor nominal	Valor presente
2015	52.422	49.563
2016	52.422	44.652
2017	52.422	40.228
2018	52.422	36.240
2019 A 2036	939.229	278.668
	1.148.918	449.351

4.18 Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 31/12/2014, é a seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	157	150
Ministério de Minas e Energia	78	75
Recursos em Poder da Empresa	3.757	2.607
	3.992	2.832

4.19 Outras contas a Pagar

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos	1.063	818
Provisão de Férias e 13º Salário	123	126
	1.186	944

4.20 Debêntures

Debêntures	Data de emissão	Nr. de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros	Valor do contrato	Valor atualizado em 31/12/2014
			1ª parcela	60ª parcela			
2ª emissão							
Série única	26/09/2013	60	26/10/2013	26/09/2018	DI + Spread 1,00 a.a	203.000	152.040
					Circulante		40.490
					Não circulante		111.550

Características:

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor mínimo de R\$ 203.000 mil.

Foram emitidos 20.300 títulos com valor unitário de R\$ 10 mil.

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Remunerados com juros correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, extragrup, na forma percentual, acrescida de um spread ou sobre taxa de 1,00% a.a., pagos mensalmente sendo a primeira parcela vincenda em 26/10/2013 e a sexagésima em 26/09/2018.

Destinação:

Liquidação total do contrato de mútuo com a Controladora.

Garantias:

Fidejussória

Intervenientes garantidores:

Companhia Paranaense de Energia – Copel, na proporção de 70%, e Painera Participações e Empreendimentos Ltda, na proporção de 30%.

Agente fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Mutação das debêntures

Consolidado	Moeda nacional		Total em R\$ mil
	Circulante	Não circulante	
Em 01 de janeiro de 2013			
Ingressos	40.600	162.400	203.000
Encargos	15.022	(10.334)	4.688
Pagtos de principal	(10.150)		(10.150)
Pagtos de encargos	(4.982)		(4.982)
Em 31 de dezembro de 2013	40.490	152.066	192.556
Transferências 40.391	(40.391)	-	
Encargos	19.597	(125)	19.472
Pagtos de principal	(40.608)	-	(40.608)
Pagtos de encargos	(19.380)	-	(19.380)
Em 31 de dezembro de 2014	40.490	111.550	152.040

5. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 31/12/2014, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE de 08/11/2011, distribuído da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Ações Cíveis	401	300
	401	300

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 31/12/2014, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE de 08/11/2011, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e integralizadas	Total de Ações Subscritas e integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

6.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 5.846, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido dos exercícios de 2011 (R\$ 779), 2012 (R\$ 1.665), 2013 (R\$ 2.097) e 2014 (R\$ 959) conforme Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

6.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os impostos diferidos (34%) de R\$ 132.

Os certificados foram avaliados a € 1,70 (hum euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

6.4 Retenção de Lucros

De acordo com o Artigo 39 do Estatuto Social consolidado em 08/11/2011, a administração da Companhia, após a distribuição proposta (Nota: 4.16), propôs a retenção do lucro remanescente no valor de R\$ 13.670 do exercício 2014, para posterior aprovação através da AGO, bem como do valor de R\$ 13.554 referente ao excesso de reservas ao capital social nos termos dos artigos 196 e 199, respectivamente da Lei 6404/76.

7. MENÇÃO DE AÇÕES JUDICIAIS

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados com "possibilidade" de perda, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa.

7.1 Ações Trabalhistas e Cíveis

Descrição	Saldo em 31/12/14	Saldo em 31/12/13
Ações Trabalhistas	952	952
Ações Cíveis	430	430
	1.382	1.382

7.2 Ações de Ordem Tributária

Com base em decisão liminar concedida em mandado de segurança impetrado em 16 de agosto de 2006, a qual foi confirmada por sentença transitada em julgado, a Companhia recolhe as contribuições para o PIS e COFINS com base no regime CUMULATIVO (3,65%), contrariando a pretensão da Receita Federal do Brasil, a qual através de resposta a consulta formal, havia mantido o entendimento de tributação pelo regime NÃO CUMULATIVO (9,25%).

Destaca-se que com o trânsito em julgado da decisão monocrática, que fora inclusive confirmada em todas as instâncias, o entendimento não poderá mais ser modificado e a Receita Federal do Brasil deverá acatar o regime CUMULATIVO adotado pela Companhia.

8. RECEITA

Descrição	01/01/14 a 31/12/14	01/01/13 a 31/12/13
Venda de Energia UHEs	235.062	218.113
Venda de Energia PCHs	4.984	4.723
Venda de Energia CCEE	13.088	5.343
Receita Bruta	253.134	228.179
Contribuição para PIS	(1.695)	(1.530)
Contribuição para COFINS	(7.823)	(7.063)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.412)	(2.174)
Deduções da Receita Bruta	(11.930)	(10.767)
	241.204	217.412

9. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	01/01/14 a 31/12/14	01/01/13 a 31/12/13
Materiais	(129)	(270)
Serviços de Terceiros	(7.672)	(8.902)
Depreciação	(18.238)	(18.162)
Amortização	(8.569)	(8.400)
Seguros	(509)	(436)
Compens. Financ. Utiliz. Recursos Hídricos	(7.971)	(7.493)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL	(465)	(480)
Encargos Uso Rede de Distribuição	(7.390)	(9.097)
Compra de Energia CCEE	(79.553)	(10.563)
Outros custos	(220)	(201)
	(130.716)	(64.004)

10. DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas Administrativas

Descrição	01/01/14 a 31/12/14	01/01/13 a 31/12/13
Pessoal	(1.208)	(1.215)
Administradores	(1.446)	(1.290)
Material	(32)	(32)
Serviços de Terceiros	(574)	(534)
Depreciação	(20)	(20)
Arrendamento e Aluguéis	(204)	(183)
Seguros	(1)	(3)
Tributos federais e municipais	(490)	(63)
Provisões para litígios	(101)	-
Outras despesas	(75)	(61)
	(4.151)	(3.401)

b) Receitas Financeiras

Descrição	01/01/14 a 31/12/14	01/01/13 a 31/12/13
Rendimentos de aplicação mercado aberto	3.483	1.682
Descontos obtidos	122	-
Juros e correções	3	19
	3.608	1.701

c) Despesas Financeiras

Descrição	01/01/14 a 31/12/14	01/01/13 a 31/12/13
Juros sobre Mútuo com Controladora	-	(16.485)
Juros e encargos - debêntures	(19.828)	(5.281)
Encargos da concessão - UBP	(60.952)	(66.511)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(145)	(110)
Juros e Correções - P & D	(184)	(111)
Despesas Bancárias	(5)	(2)
	(81.114)	(88.500)

d) Outras Receitas

Descrição	01/01/13 a 31/12/14	01/01/13 a 31/12/13
Recuperação de despesas	33	312
	33	312

11. COBERTURA DE SEGUROS

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio Pago R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
ARGO SEGUROS BRASIL S.A 11/03/2014 a 11/04/2015	Multi Risco	Unidades Geradoras - Sta Clara e Fundão	523	395.099
ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS BRASIL S.A 06/06/2014 a 06/06/2015	Risco Nomeado	Sede Administrativa -(Escritório Central)	2	500
		Total	525	395.599

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 3319345/15299, com a Itaú Seguros S.A.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

Parte Relacionada/Natureza da Operação

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Acionista controlador						
Companhia Paranaense de Energia-Copel						
Dividendos a pagar IRRF / Rend. financ		504	3.189	27.966		(16.485)
Encargos Financeiros						
Acionista						
Paineira participações S.A.						
Dividendos a pagar			1.367	11.985		
Outras partes relacionadas						
Copel Distribuição S.A.						
Suprimento energia	20.462	18.949			235.062 (7.390)	218.113 (9.097)
Encargos do uso da rede						
Copel Geração e Transmissão S.A.						
Serviço de operação e manutenção					(6.092) (754)	(6.152) (614)
Planejamento energético						(3)
Serviços diversos						
Copel Teleco-municações S.A.						
Serviços de telecomunicações					(272)	(269)

13. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.

14. GERENCIAMENTO DA SUSTENTABILIDADE E AMBIENTAL

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Categoria e valor justo de instrumentos financeiros

	NE	31/12/14		31/12/13	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiro					
Mantidos para negociação					
Caixa e bancos conta movimento	4.1	39	39	8	8
Aplicações financeiras	4.1	28.693	28.693	47.576	47.576
Recebíveis					
Clientes	4.3	20.885	20.885	19.350	19.350
Total dos ativos financeiros		49.617	49.617	66.934	66.934
Passivos financeiros					
Debêntures	4.20	152.040	152.040	192.556	192.556
Total dos passivos financeiros		152.040	152.040	192.556	192.556

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação dos mesmos.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

Resumo dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2014

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/12/14	
					Valor justo	Valor contábil
CDB - B. BRASIL	96,00	19/12/2014	09/12/2016	Custo amortizado	17.250	17.250
CDB - Bradesco	96,50	21/12/2014	06/11/2017	Custo amortizado	296	296
CDB - Bradesco	96,50	19/12/2014	04/12/2017	Custo amortizado	11.147	11.147
					28.693	28.693

Clientes

O risco da Companhia incorrer em perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, é minimizado, em função de que 98% (noventa e oito por cento) dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo prazo a vencer em 2019, contratado exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora. E, os 2% (dois por cento) restantes, contratado com comercializadora de energia com garantia fidejussória (carta de fiança) com banco de primeira linha. Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

Debêntures

As Debêntures estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos da respectiva escritura de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período.

Rafael Iatauro
Diretor Presidente

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC/PR: 024544/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Conselheiros da

ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A.

Examinamos as demonstrações contábeis da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A., em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Teste de Impairment

O ativo imobilizado e intangível da companhia tem peculiaridades inerentes às empresas elétricas do Brasil, uma vez que as usinas hidrelétricas – UHE são exploradas por concessão onerosa de bem público, tudo conforme notas explicativas nos 4.10 e 4.11. O teste de impairment foi realizado apenas pelo método do "Valor em Uso", através da projeção do fluxo de caixa até 2036 (data final da concessão), método este que não apurou perda a reconhecer e contabilizar neste exercício.

Campinas, 30 de janeiro de 2015.

SCAFF
AUDITORIA E ACESSORIA

CRC2SP023856/O-1°S° PR
ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3°S° PR
Sócio Responsável

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos

Administradores e Acionistas da

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das demonstrações contábeis, do relatório anual da administração e da proposta da Diretoria para a destinação dos lucros líquido e acumulados referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, STAFF auditoria & assessoria EPP, emitido sem ressalvas em 30 de janeiro de 2015, sobre essas demonstrações, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2015.

ADRIANO FEDALTO
Presidente

ENZO SCALETTI JUNIOR
Conselheiro

VINICIUS LUIZ GAPSKI
Conselheiro